

QUINZE ANOS DA PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA: BALANÇO E PERSPETIVAS

CATARINA VARELA



PEDRO CARDOSO
LIVRARIA

CATARINA VARELA

**QUINZE ANOS
DA PARCERIA ESPECIAL
CABO VERDE
E UNIÃO EUROPEIA:
BALANÇO
E PERSPETIVAS**



PEDRO CARDOSO
LIVRARIA

FICHA TÉCNICA:

Edição: LPC - Livraria Pedro Cardoso
Sede: Fazenda Praia, Cabo Verde
Telefone: (+238) 260 15 07 / 08 / 09
livrariapedrocardoso@gmail.com

Título: *Quinze anos da Parceria Especial Cabo Verde e União Europeia: Balanço e Perspetivas*

Autora: Catarina Solangila Moreira Varela

Capa e paginação: Inês Ramos [inesramos.designer@gmail.com]

© do autor. Direitos desta edição reservados à Livraria Pedro Cardoso
1.ª edição: Outubro de 2025

Impressão e acabamento: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

ISBN: 978-989-9186-31-6
Depósito Legal: 554708/25
Tiragem: 500 exemplares

É expressamente proibida a reprodução, total ou parcial, desta obra, seja qual for a forma ou o meio utilizado, incluindo fotocópia.

Esta publicação foi feita com o apoio da União Europeia, mas o seu conteúdo é de responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente a posição oficial da União Europeia.

**QUINZE ANOS
DA PARCERIA ESPECIAL
CABO VERDE
E UNIÃO EUROPEIA:
BALANÇO
E PERSPETIVAS**

ÍNDICE

1. Introdução	11
2. A Construção de uma Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia: origem e evolução	17
O Plano de Ação original e seus Pilares.....	45
1. Boa governação.....	00
2. Segurança/Estabilidade.....	00
3. Integração Regional	00
4. Convergência técnica e normativa	00
5. Sociedade do conhecimento	00
6. Luta contra pobreza e desenvolvimento.....	00
3. Potencial evolutivo da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia	43
a. A evolução Global das contribuições da União Europeia para o desenvolvimento de Cabo Verde nos últimos 15 anos	45
b. A Mobilidade	48
c. Cooperação em matéria de segurança e defesa: desde atividades bilaterais e exercícios conjuntos às “Presenças Marítimas Coordenadas”	50
d. A presença do Sector Privado Europeu em Cabo Verde, seu impacto socioeconómico e nas transações comerciais com o setor privado nacional.....	53

e. Pontos de Convergência e Alinhamento entre a “EU Global Gateway Strategy” e a “Cabo Verde Ambição 2030”	62
4. Conclusão.....	69
Referências Bibliográficas.....	105

1. Introdução

No atual contexto em que se vive, as Relações Internacionais, a construção de parcerias, o estabelecimento de modalidades de cooperação e a diplomacia desempenham um papel de extrema importância, não só para a aceleração do processo de globalização em que o mundo se encontra, mas também para aproximação entre Estados e Organizações no sentido de enfrentar os principais desafios contemporâneos. Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento situado no Atlântico Médio, apresenta vulnerabilidades permanentes ou conjunturais que derivam da sua geografia e que acarretam de custos resultantes de sua insularidade. Daí ser fundamental a condução inteligente da sua política externa, por forma a servir seus esforços de desenvolvimento e de segurança, com base em ganhos e utilidade mútua. Partindo de uma análise da visão ampla, por vezes ousada

que tem pautado a política externa de Cabo Verde desde antes da sua independência até aos dias de hoje, pode-se constatar que o seu pragmatismo, neutralidade e respeito pelos princípios do Direito Internacional, trouxeram e continuarão a trazer ganhos e benefícios substanciais.

Um dos exemplos práticos é o caso da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia. Uma parceria que surgiu na procura de ancoragens por parte de Cabo Verde na perspectiva de fortalecer os laços já existentes entre os países da União Europeia e o arquipélago. Essa parceria, que tem vindo a marcar a diplomacia cabo-verdiana, é uma prova de que, apesar da sua pequena dimensão e recursos pouco explorados, conseguiu apresentar argumentos para convencer um dos maiores blocos comunitários que é a União Europeia a tê-lo como parceiro.

Colocando o enfoque no desenvolvimento da pergunta de partida, a razão para uma Parceria Especial com a União Europeia, pretende-se, com o presente trabalho, contribuir para o debate em torno do processo e momentos da sua construção, os principais pilares que a sustentam, a trajetória evolutiva e o seu potencial de crescimento.

2. A construção de uma Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia: origem e evolução

A partir de 1989, a comunidade internacional debatia-se com cenários emergentes que derivam do fim da Guerra Fria, simbolizada pela queda do Muro de Berlim em setembro do mesmo ano. A República de Cabo Verde que sempre soube pautar sua política externa por uma neutralidade útil desde a independência, vê-se de repente confrontada com reconfigurações geopolíticas importantes, nas quais deve continuar desenvolvendo relações e parcerias para garantir o seu próprio crescimento e segurança. Com isso o governo de Cabo Verde constatou ser necessário procurar novas ancoragens sobretudo sólidas e seguras na condução da sua política externa.

Pretende-se aqui responder à seguinte pergunta de partida: o porquê de uma Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia no contexto político, económico e securitário da época?

Constitui objetivo central do presente estudo, contribuir para a análise temática em torno da génese, conceptualização e construção de uma Parceria Especial com a União Europeia, a partir do ponto de vista de Cabo Verde com o propósito de revisitar o caminho percorrido e antever perspectivas futuras. Como objetivo específico, o presente trabalho de pesquisa irá focar-se em responder à pergunta de partida, que seria o porquê de uma Parceria Especial com a União Europeia, evidenciando os principais eixos de interesse de ambas as partes, e o que se conseguiu como resultado efetivo para o Arquipélago até ao exato momento. A primeira hipótese seria uma resposta bem estruturada e metodológica para explicar se, de facto facto, tem sido benéfica para ambas as partes o desenvolvimento de uma Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, ou se por parte de Cabo Verde teria sido uma visão utópica na sua Política Externa, analisando todos os fatores de influência em torno do dossier desde o seu início até à sua efetivação.

A segunda hipótese seria a de enquadrar, cronologicamente, onde começou, o ponto em que se encontra atualmente, e como se perspectiva o seu potencial de crescimento no futuro.

A República de Cabo Verde, ou simplesmente Cabo Verde é uma Pequena Nação insular de origem vulcânica, composta por nove ilhas habitadas e uma desabitada geograficamente situada a cerca de 600 km da costa ocidental africana. O arquipélago de Cabo Verde encontra-se dividido em dois grupos: Barlavento, que abrange as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista, e o outro grupo Sotavento, formado pelas restantes ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava. Torna-se num Estado independente a 5 de julho de 1975, após a luta armada contra o colonialismo português, juntamente com a Guiné-Bissau. Por ter sido ex-colónia portuguesa e entreposto comercial durante séculos, Cabo Verde reflete na sua génese uma nação mestiça que resulta do cruzamento de várias raças, culturas e idiomas. A sua língua oficial é o português, sendo o crioulo a língua materna e, portanto, a mais largamente falada. Apesar de ser um pequeno Estado insular e sem grandes recursos naturais, ou com recursos

pouco explorados, Cabo Verde tem feito desde a sua independência em 1975, um percurso amplamente considerado como positivo, nomeadamente em termos de construção de um Estado de Direito democrático e de desenvolvimento socioeconómico.

Cabo Verde adotou um sistema de governo semipresidencialista e multipartidário desde 1991, reconhecido a nível internacional, principalmente pela sua estabilidade política em comparação com outros Estados do continente africano. A Política Externa de Cabo Verde continua a ser conduzida de forma pragmática, condicionada pelo facto de ser um pequeno Estado insular que enfrenta, estruturalmente, importantes desafios no que diz respeito ao seu processo de desenvolvimento. Parece-nos ser de aplaudir o nível de relações externas e da notoriedade internacional que Cabo Verde tem obtido desde a sua independência. Esta deve-se a uma aposta inteligente na sua política externa. O país tem conseguido aproveitar e gerir bem as oportunidades e benefícios, mobilizados no âmbito da cooperação e do estabelecimento de parcerias internacionais, visando superar as suas fragilidades e desafios.

Analizando em retrospectiva a política externa cabo-verdiana desde a sua independência, pode-se constatar que os seus ganhos e o seu reconhecimento advieram, também, da forma coerente como os sucessivos governos souberam gerir um posicionamento neutral perante diferentes situações resultantes da bipolarização do contexto da Guerra Fria. Com efeito, o cenário internacional da época, profundamente marcado pela influência de dois blocos (o bloco Ocidental liderado pelos Estados Unidos da América e o Bloco Leste, pela então a União Soviética, tendia a pressionar os demais países a se posicionarem de um ou de outro lado. Surgiu, entretanto, um terceiro bloco: o *Grupo dos países Não-Alinhados*, formado por países que queriam manter a sua neutralidade e liberdade de decisão. Mesmo desenvolvendo relações muito próximas com os dois primeiros, Cabo Verde identificou-se ideologicamente nesse período mais com esse terceiro bloco, designado de *Países do Terceiro Mundo*, defendendo a política de não-alinhamento.

Essa postura, que tem norteado a condução pragmática da sua política externa e diplomacia, permitiu conquistar confiança internacional que, por sua vez, também viabilizou o ambiente de

investimentos, turismo e o estabelecimento de importantes parcerias.

Cabo Verde é hoje membro de organizações internacionais como a ONU, de interações regionais como a CEDEAO e a União Africana, e desenvolve simultaneamente uma Parceria Especial com a União Europeia. Para além disso, mantém boas relações diplomáticas com a maioria dos países e Organismos Internacionais, e coopera com diversas Agências e outras entidades internacionais que abordam questões de interesse transversal, como os direitos humanos, as mudanças climáticas e a igualdade de género, em circunstâncias e enquadramentos diferentes. Ou seja, o país soube e continua a saber aproveitar da sua diplomacia e relações exteriores na procura de solução para os desafios que, entretanto, vão surgindo.

Parece globalmente aceite que um dos maiores ganhos da Política Externa de Cabo Verde e da sua diplomacia foi ter conseguido desenvolver uma Parceria Especial com a União Europeia, enquanto Estado enquadrado no grupo África, Caraíbas e Pacífico (ACP), cujas relações estão reguladas pelo Acordo de Cotonou, e sendo já associado, também, aos países da Macaronésia.

O Acordo de Cotonou caracteriza-se por um amplo entendimento de natureza fundamentalmente comercial, concluído entre a União Europeia (UE) e os países ACP (África, Caraíbas Pacífico). Assinado em 23 de junho de 2000, na Cidade de Cotonou, Benim. O acordo regula em termos gerais a relação ACP-EU, envolve mais de 100 Estados: os 28 Estados-membros da UE e os 79 países ACP e sucede à Convenção de Lomé. Os princípios fundamentais do Acordo de Cotonou são: os parceiros participam no acordo em condições de igualdade; os países ACP determinam as suas próprias políticas de desenvolvimento; a cooperação não é da exclusividade dos governos: os parlamentos, as autoridades locais, a sociedade civil, o setor privado e os parceiros económicos e sociais também desempenham o seu papel; as modalidades e prioridades da cooperação são adaptadas em função de vários aspetos como o nível de desenvolvimento de cada país.

Os principais fatores da dimensão política sobre os quais assenta-se o Acordo de Cotonou: um diálogo político abrangente sobre questões nacionais, regionais e mundiais; a promoção dos recursos humanos e dos princípios democráticos;

o desenvolvimento de políticas de consolidação de paz, prevenção e resolução de conflitos; a abordagem de questões relacionadas com a migração e com a segurança, incluindo o combate ao terrorismo e a luta contra a proliferação de armas nucleares.

Não obstante Cabo Verde já ser parte do Acordo de Cotonou, o Governo expressou, no ano 2002, o seu interesse em construir uma relação mais estreita com a EU. Essa pretensão foi formulada em abril desse ano no ato de abertura do Encontro Anual de Diplomatas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo então Primeiro Ministro José Maria Neves. Citando as palavras daquele governante, “para além dos acordos que ligam os ACP à Europa dos 15, devemos trabalhar para, no futuro, construirmos uma parceria que nos dê um Estatuto Especial junto da UE”¹. É importante salientar aqui que, desde a primeira formulação oficial, o Governo fez questão de clarificar bem os contornos daquilo que pretendia. A perspectiva do Primeiro-Ministro não era de

¹ A *Semana* (2002). Cabo Verde quer “Estatuto Especial” da União Europeia. Ano X, nº 551, 5 abril, pp. 2-3.

Catarina Varela é natural da Praia e licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV).

Neste livro propõe uma análise da trajetória da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, examinando os seus fundamentos históricos, políticos e estratégicos ao longo dos quinze anos da sua implementação. Com base em investigação documental e entrevistas a protagonistas-chave, a autora explora os pilares estruturantes dessa cooperação — desde a boa governação à segurança, passando pela mobilidade, integração regional e convergência normativa — avaliando os seus impactos e o seu potencial evolutivo.

Situando-se no cruzamento das Relações Internacionais, Estudos Europeus e Política Externa de Pequenos Estados, esta obra constitui um contributo relevante para o debate sobre a inserção estratégica de Cabo Verde no sistema internacional contemporâneo, bem como para a reflexão crítica sobre modelos inovadores de parceria entre países em desenvolvimento e blocos regionais.

APOIO:



MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



ISBN: 978-989-9186-31-6

